



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE
SÃO JOÃO – ESTADO DO PARANÁ**

Processo: 0000776-12.2023.8.16.0183

Recuperanda: Grupo Translaura

M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, já qualificada nos autos em epígrafe, por intermédio de seu representante legal e profissional responsável, nos termos do artigo 21, parágrafo único, da Lei 11.101/2005, **Dr. MARCIO ROBERTO MARQUES**, igualmente já qualificado nestes autos de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, apresentar a **ATA DA PRIMEIRA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES VIRTUAL**, realizada em 05/04/2024, às 14h.

Nos termos do artigo 37, § 7º, da Lei 11.101/2005, promove-se a juntada da **Ata da 1ª Convocação da Assembleia Geral de Credores** ocorrida em 05/04/2024, às 14h, contendo o nome e assinatura do Presidente, Secretário, patrono das Recuperandas e 2 (dois) credores da Classe dos Créditos Quirografários, instruída, ainda, com o laudo de verificação de *quórum* disponibilizado pela plataforma Assembledx, conforme anexo.

Os trabalhos foram desenvolvidos em estrita conformidade legal e ampla participação de todos os interessados, obtendo, de maneira resumida, o resultado a seguir exposto.

Realizados os procedimentos iniciais e preparatórios previstos em Lei, bem como explanadas todas as orientações sobre a plataforma virtual aos credores e participantes, a Assembleia Geral de Credores foi regularmente **INSTALADA**, estando presentes todos os 5 (cinco) credores das Recuperandas, os quais totalizam 100% (cem por cento) dos créditos, sendo, assim, **fixado o quórum**,





não mais podendo ser modificado ou incluído qualquer credor ausente nesta oportunidade, salvo na hipótese de determinação judicial.

Na ocasião, o representante desta Administradora Judicial informou a todos os presentes o *quórum* obtido, conforme laudo de verificação de quórum anexo, em consonância ao art. 37 § 2º, da Lei 11.101/2005.

Ato contínuo, o Presidente novamente informou a ordem do dia a ser deliberada pelos participantes, qual seja:

- a) aprovação, rejeição ou modificação do plano de recuperação judicial apresentado pelas Recuperandas nos autos do mov. 145 e seu modificativo ao mov. 277;
- b) deliberação sobre a constituição do comitê de credores e escolha dos seus membros; e
- c) outros assuntos relacionados à Recuperação Judicial, autos n.º 0000776- 12.2023.8.16.0183.

Após, a representante das Recuperandas, Dra. Jenniffer de Freitas Lima, requereu a palavra, passando-a ao Sr. William Felipe Alves Caetano, consultor financeiro que, na sequência iniciou a exposição do PRJ e seu Modificativo, assim como da atual situação das Recuperandas, o que gerou intensa negociação e debates com os credores.

Na sequência, as Recuperandas e Credores chegaram ao consenso acerca da suspensão do ato assemblear, pelo prazo de 10 (dez) dias, o qual está suspenso até a data de 15/04/2024, aprovado por unanimidade por todos os credores.





Assim, o Presidente declarou **aprovada a proposta de suspensão da Assembleia Geral de Credores pelo prazo de 10 (dez) dias, culminando na data de continuidade em 15/04/2024, às 14h.**

Restou, por fim, esclarecido que os credores saíram do ato devidamente notificados sobre a continuidade da Assembleia Geral de Credores, não sendo necessária nova notificação, cientes de que a continuidade do ato assemblear também ocorrerá de forma virtual por meio da plataforma digital Assemblex e que também serão disponibilizados os terminais de acesso em suas unidades aos Credores que não possuem acesso à internet e/ou e-mail, tanto em Curitiba/PR quanto em Maringá/PR.

Deste modo, esta Administradora Judicial promove a juntada da **Ata de Assembleia Geral de Credores e seus anexos**, bem como a gravação do ato na íntegra, por meio do link do canal do Youtube desta Administradora Judicial <https://www.youtube.com/watch?v=tP3RKwPvDQE&t=4929s>. A AJ informa, ainda, que permanece à disposição de quaisquer interessados para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes quanto à Assembleia Geral de Credores, bem como, quaisquer assuntos relacionados ao presente processo de Recuperação Judicial pertinentes a sua área de atuação e responsabilidade.

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas sobre o processo.

Curitiba/PR, 8 de abril de 2024.

M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADMINISTRADORA JUDICIAL
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195
Representante: **MARCIO ROBERTO MARQUES**
OAB/PR nº 65.066 | OAB/SP nº 459.319

